

# O processo de erosão da democracia pelo mundo

**Andrea Rolim de Moura, Dorival Assi Junior e Mary Natsue Ogawa**

## Resumo

A democracia, desde o seu surgimento até os dias atuais, tem percorrido um tortuoso caminho em direção a sua consolidação como regime político em que o povo é o ponto central. Trata-se de um contínuo processo de construção e reconstrução, mas que, de forma geral, foi marcado por avanços até o início do século XXI. Entretanto, os últimos anos, a democracia tem enfrentado constantes ataques, na perspectiva de condicioná-la a instrumento de materialização de interesses políticos de grupos específicos. Neste estudo, propomos uma análise de como esses ataques têm ocorrido, corroborando para obtenção de vantagens políticas, mas também para a deterioração da própria democracia em todo o mundo, compondo um projeto de desestabilização e desconstrução dos processos democráticos. Na sequência, apresentamos possíveis caminhos para a defesa e fortalecimento da democracia.

**Palavras-chaves:** democracia; erosão democrática; autocratas; constituição; instituições.

---

## Sobre os autores

Andrea Rolim de Moura é especialista em Direito Eleitoral pela Faculdade Unyleya. Graduada em Direito pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná-UFPR. Servidora da Justiça Eleitoral do Paraná; amoura@tre-pr.jus.br

Dorival Assi Junior é especialista em Direito Eleitoral pela Faculdade Unyleya. Graduada em Direito pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná –UNIOESTE. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná-UFPR. Servidora da Justiça Eleitoral do Paraná; dassijr@live.com

Mary Natsue Ogawa é doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Mestre em Educação pela PUC/PR. Especialista em Projetos Educativos em âmbito não formal pela PUC/PR. Especialista em Educação Especial e Inclusiva pelo Centro Internacional de Pesquisa, Ensino e Extensão - CIPEX. Graduada em Ciências Políticas pela Uninter. Professora do Ensino Superior. Servidora da Justiça Eleitoral. mary.ogawa@tre-pr.jus.br

## Abstract

Democracy, from its inception to the present day, has taken a tortuous path toward consolidation as a political regime in which the people are the central point. It is a continuous process of construction and reconstruction, but which, in general, was marked by advances until the beginning of the 21st century. However, in recent years, democracy has faced constant attacks, to conditioning it as an instrument for materializing the political interests of specific groups. In this study, we propose an analysis of how these attacks have occurred, corroborating to obtain political advantages, but also to the deterioration of democracy itself around the world, composing a project of destabilization and deconstruction of democratic processes. Next, we present possible paths for the defense and strengthening of democracy.

**Keywords:** democracy; democratic erosion; autocrats; constitution; institutions.

Artigo recebido em 17 de novembro de 2022 e aprovado pelo Conselho Editorial em 12 de janeiro de 2023

## Introdução

Embora trate-se de um termo amplamente conhecido, nem sempre a compreensão espelha todos os sentidos imbuídos na palavra. É preciso, portanto, considerar que o conceito de democracia, não é algo dado, mas em construção, e desde o seu nascimento, durante o seu percurso histórico, e crescimento, resvala em diferentes significados, que vão sendo erigidos a partir de fatores diversos, que passam pelo tempo e espaço, momentos históricos, pluralidade cultural e contextos sociais.

Assim, Miranda (2021) declara que a palavra democracia carrega diferentes semânticas, que lhe conferem diferentes significados dependendo do país em que seja pronunciada, e ainda, vem sendo transformada no sentido de atender diferentes realidades, trazendo assim a perspectiva de diferentes democracias pelo mundo.

A democracia tem suas raízes em uma realidade em que eram poucos os cidadãos a quem se permitia participar da política e, portanto, exercer a democracia, ou seja, ela surge de forma restritiva. A forma de governo do povo, como é comumente compreendida a democracia, não era para todo o povo.

Contudo, esta configuração vai, gradualmente, sendo corroída pelos novos contextos sociais, sendo desconstruída pelo iluminismo, pelo desejo da população em tomar parte das decisões que dizem a respeito as suas vidas, e reconstruído pela modernidade, que traz novos paradigmas e novas formas de participação da população na vida pública (SOARES, 2012).

Essa participação popular, no entanto, ao se ampliar a diferentes segmentos, e se consolidar, por meio, por exemplo, do sufrágio universal, vai exigir critérios, para que a atuação de cada cidadão, agora verdadeiramente toda a população, tenha igual valor. Assim, a democracia está apoiada sob bases de igualdade política e de oportunidades (DAHL, 2016) de modo que, as decisões espelhem igualmente a vontade e a necessidade de todos.

Diante de tantas transformações sociais, e do processo de “moldagem” da democracia, que vem ocorrendo ao longo da história, é preciso retomarmos ao objeto que pretendemos abordar: democracia. O que é democracia?

Como já dito anteriormente, não se trata de um termo absoluto, pronto e acabado. É necessário compreendemos democracia como a possibilidade de participação popular, direta ou indiretamente (por meio da representatividade), que traz particularidades contextuais e também a necessidade de regras. Regras essas, que têm como objetivo delinear a atuação dos segmentos sociais, tendo como foco as necessidades coletivas.

Entretanto, nem sempre é simples o entendimento sobre o que é interesse coletivo, o que leva, em muitos casos a conflitos de interesses, o que contradiz o sentido da democracia, que conforme Bobbio afirma (2000) é legitimado pela realização do interesse coletivo, a partir de um conjunto de regras que tem como finalidade a defesa da garantia dos direitos individuais e, principalmente coletivos.

Esta dualidade posta na necessidade de firmar ações que primem pelos interesses coletivos, por vezes, resulta em conflitos profundos e mesmo guerras, que descontrolam a democracia, pondo-a à serviço das inclinações de indivíduos ou grupos, que na ânsia de fazer valer as suas intenções e preferências políticas, perpetuam ações que esvaziam o debate, deturpam as informações, e provocam a erosão nos processos democráticos.

## **A erosão da democracia**

Nada é para sempre. A vida, o universo, as formas de governo têm ciclos, momentos de expansão e momentos de retrocesso, mas a erosão ou o desgaste da democracia não é um fenômeno espontâneo, por trás do declínio do número de democracias no planeta terra, há ação intensa e premeditada de pessoas, de pessoas que

tem um objetivo concreto: perpetuar-se indefinidamente no poder. Esses autocratas, como ficaram conhecidos, desejam poder e também dinheiro e influência para criar condições favoráveis para continuar no poder.

### **Porque alguns políticos querem se perpetuar no poder?**

É próprio da competição político-eleitoral que muitos políticos tenham o desejo de se manterem no poder por tempo indefinido (PRZEWORSKI, 2020, p. 45).

O enfraquecimento de nossas normas democráticas está enraizado na polarização sectária extrema – uma polarização que se estende além das diferenças políticas e adentra conflitos de raça e cultura (Levitsky e Ziblatt, 2018, p.20).

Estas pessoas, que se sentem desfavorecidas ou excluídas no mundo do “politicamente correto”, apegam-se a valores tradicionais que lhes dão segurança e o sonho da recuperação de uma hegemonia perdida. Há autores que afirmam terem recolhido evidências no sentido de que o avanço do populismo se deve, sobretudo, às mudanças culturais que causaram a erosão de valores e costumes tradicionais das sociedades ocidentais. Em alguns países, como foi o caso do Brasil – e, também, de outros da América Latina, da Ásia e mesmo da Europa–, adiciona-se a essa mistura já complexa a reação contra a corrupção estrutural e sistêmica, que frustrou as expectativas que recaíram sobre partidos tidos por progressistas, mas que não conseguiram escapar da força de gravidade dos velhos hábitos da velha política (Barroso, 2021, p. 38).

### **O que está acontecendo com a democracia? Será que ele está em extinção?**

Larry Diamond, sociólogo político norte-americano e um dos principais estudiosos contemporâneos no campo dos estudos das ciências políticas, no início do século XXI, demonstrava otimismo e entusiasmo com o avanço da democracia no mundo. Apenas duas décadas se passaram e ele, em 2022, escreve no texto O arco da democracia: do renascimento à ameaça onde frisa:

Alguns países latino-americanos avançaram, outros retrocederam, mas a democracia permanece uma realidade parcial, conturbada e controversa que, recentemente, tem mostrado crescentes sinais de esgarçamento.

Diamond foi um dos primeiros autores a apontar e cunhar o termo “recessão democrática” observando que houve um período constante de crescimento e melhoria qualitativa da democracia, porém, no último decênio, houve diversos retrocessos em áreas não-eleitorais da democracia.

O ministro Luís Roberto Barroso, nos chama a atenção para um fato inegável: a humanidade iniciou o século XXI em condições melhores em vários aspectos da vida, do que jamais esteve. Contudo, tem bastante claro que a crise da democracia ronda países de diferentes continentes. Mesmo nas democracias mais maduras, um número expressivo de cidadãos tem abandonado visões políticas moderadas para apoiar minorias radicais, com aumento preocupante da tolerância para com soluções autoritárias (Barroso,2021, p.17/23).

De outro lado no livro *Crises da Democracia*, Adam Przeworski (2020, p.111), destaca como sinais visíveis da crise das democracias pelo mundo: 1) o desgaste dos sistemas partidários tradicionais; 2) o avanço de partidos e atitudes xenofóbicas, racistas e nacionalistas; e 3) o declínio no apoio à democracia em pesquisas de opinião pública. Na edição em português brasileiro, a situação brasileira é citada com apreensão pois se encaixa bem nas características supracitadas.

Para Przeworski é difícil visualizar países como Venezuela, Bolívia, Turquia, Hungria, Polônia e Rússia como tão somente democráticos, apenas porque promovem eleições periódicas.

Durante a Guerra Fria, golpes de Estado derrubaram várias democracias, além das democracias latinas, também colapsaram as democracias em países como Gana, Grécia, Guatemala, Nigéria, Paquistão, República Dominicana, Tailândia, Turquia. Recentemente, golpes militares derrubaram o presidente egípcio Mohamed Morsi em 2013 e a primeira-ministra tailandesa Yingluck Shinawatra em 2014. Em comum nesses casos, a ação beligerante e coercitiva dos militares. (Levitsky e Ziblatt,2018, p15).

E houve, também, ditaduras teológicas, erigidas sobre o fundamentalismo religioso, como o Irã dos aiatolás (Barroso, 2021, p.36)

### **Como destruir ou fragilizar uma democracia ou modus operandi do autocrata**

Os autores do best sellers *Como as democracias Morrem*, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt foram muito didáticos em explicar que alguns autocratas desmantelam a democracia rapidamente, como fez Hitler na sequência do incêndio do Reichstag em 1933 na Alemanha. Porém, atualmente, os autocratas vêm agindo de maneira mais discreta, sufocando aos poucos as democracias que mal chegam a ser perceptível. (Levitsky e Ziblatt, 2018, p.16).

Todavia, a parte mais assustadora do livro é a que relata outra maneira de arruinar uma democracia. Menos dramática, menos ruidosa, mas igualmente destrutiva. Democracias podem morrer não nas mãos de generais, mas de líderes eleitos – presidentes ou primeiros-ministros que subvertem o próprio processo que os levou ao poder (Levitsky e Ziblatt, 2018, p.15).

Uma das grandes ironias de como as democracias morrem é que a própria defesa da democracia é muitas vezes usada como pretexto para a sua subversão. Aspirantes a autocratas costumam usar crises econômicas, desastres naturais e, sobretudo, ameaças à segurança – guerras, insurreições armadas ou ataques terroristas – para justificar medidas antidemocráticas. (Levitsky e Ziblatt, 2018, p.70)

Levitsky e Ziblatt descrevem a tática de Hugo Chaves, utilizada na Venezuela, eleito em 1998, foi derrubado pelos militares em abril de 2003, o golpe não deu certo, retomou ao poder logo em seguida e já começou a tomar atitudes para manter-se no poder e ainda se elegeu com esmagadora maioria em 2006. O regime chavista se tornou mais repressivo depois de 2006, fechando uma importante emissora de televisão, prendendo ou exilando políticos, juizes e figuras da mídia opositoras com acusações dúbias e eliminando limites aos mandatos presidenciais para que Chávez pudesse permanecer indefinidamente no poder.

Quando Chávez, então morrendo de câncer, foi reeleito em 2012, a disputa foi livre, mas não justa: o chavismo controlava

grande parte da mídia e desdobrou a vasta máquina do governo em seu favor. Após a morte de Chávez um ano depois, seu sucessor, Nicolás Maduro, ganhou outra eleição questionável, e, em 2014, seu governo prendeu um dos principais líderes da oposição. Ainda assim, a vitória acachapante da oposição nas eleições legislativas de 2015 pareceu desmentir a afirmação dos críticos de que a Venezuela não era mais democrática.

Somente quando uma Assembleia Constituinte unipartidária usurpou o poder do Congresso em 2017, quase duas décadas depois de Chávez ter sido eleito presidente pela primeira vez, a Venezuela foi amplamente reconhecida como uma autocracia (Levitsky e Ziblatt, 2018, p.16).

Desde o final da Guerra Fria, a maior parte dos colapsos democráticos não foi causada por generais e soldados, mas pelos próprios governos eleitos. Como Chávez na Venezuela, líderes eleitos subverteram as instituições democráticas em países como Geórgia, Hungria, Nicarágua, Peru, Filipinas, Polônia, Rússia, Sri Lanka, Turquia e Ucrânia. O retrocesso democrático hoje começa nas urnas (Levitsky e Ziblatt, 2018, p.16).

Segundo Levitsky e Ziblatt o golpe de estado clássico causa descontentamento e reação de muitos segmentos da população, então os “novos golpes” são mais sutis e lentos. A democracia é subvertida aos poucos. Ainda há realização de eleições e as mudanças são quase imperceptíveis para muitos.

O autocrata usa desinformação, boatos, redes sociais para espalhar notícias falsas, alarmistas e extremistas. Se o público passar a compartilhar a opinião de que oponentes são ligados ao terrorismo e de que a mídia está espalhando mentiras, torna-se mais fácil justificar ações empreendidas contra eles.

No livro *Federalismo e Democracia em Tempos Difíceis*, Lima aborda justamente a forma de manipular as notícias usadas pelos detentores de poder:

Autocracias normalmente restringem a informação a veículos oficiais e criam inúmeras dificuldades para meios de comunicação de oposição ou independentes. Mesmo em democracias consolidadas, a prática revela que o poder econômico do governo e de grandes grupos financeiros enfraquece esse critério. Governos fazem generosos

anúncios em jornais, revistas e canais de televisão, frequentemente exigindo reciprocidade dos veículos. Os grandes grupos financeiros também são expressivos anunciantes, quando não fundam diretamente seus próprios veículos (LIMA, 2021).

Outra atitude muito utilizada é desmerecer, desacreditar e enfraquecer líderes com dinheiro que possam financiar a oposição, silenciando figuras públicas, intelectuais, artistas, estrelas pop, atletas que possam usar sua popularidade para atacar o governo (Levitsky e Ziblatt, 2018, p.79).

Reformar a constituição, atacar o sistema eleitoral, modificar os tribunais e o ministério público, governar por decretos também são táticas bastante utilizadas pelos autocratas para minar os alicerces da democracia.

O ministro Barroso fala sobre o legalismo autocrático, caracterizado por: concentração de poderes no Executivo, perseguição a líderes de oposição, mudanças nas regras eleitorais, cerceamento da liberdade de expressão, novas constituições e emendas constitucionais com abuso de poder pelas majorias, esvaziamento ou empacotamento das cortes supremas com juízes submissos, entre outras. O grande problema com a construção dessas democracias liberais é que cada tijolo, individualmente, é colocado sem violação direta ao direito vigente. O conjunto final, porém, resulta em supressão de liberdades de eleições verdadeiramente livres e competitivas (Barroso, 2021, p.37).

### **Como reconhecer os autocratas antes de serem eleitos?**

Levitsky e Ziblatt, discordam dos analistas que asseguram que demagogos são “só falastrões” e que suas palavras não devem ser levadas demasiado a sério, pois um exame dos líderes demagógicos mundo afora sugere que muitos deles de fato cruzam a fronteira entre palavras e ação. É por isso que a ascensão inicial de um demagogo ao poder tende a polarizar a sociedade, criando uma atmosfera de pânico, hostilidade e desconfiança mútua.

A tabela desenvolvida por Levitsky e Ziblatt (2018, p.33). nos ajuda a identificar e reconhecer possíveis comportamentos autocráticos para evitar que futuros ditadores consigam chegar ao poder.

**Tabela I** - Os quatro principais indicadores de comportamento autoritário

<p>1. Rejeição das regras democráticas do jogo (ou compromisso débil com elas)</p>	<p>Os candidatos rejeitam a Constituição ou expressam disposição de violá-la?</p> <p>Sugerem a necessidade de medidas antidemocráticas, como cancelar eleições, violar ou suspender a Constituição, proibir certas organizações ou restringir direitos civis ou políticos básicos?</p> <p>Buscam lançar mão (ou endossar o uso) de meios extraconstitucionais para mudar o governo, tais como golpes militares, insurreições violentas ou protestos de massa destinados a forçar mudanças no governo?</p> <p>Tentam minar a legitimidade das eleições, recusando-se, por exemplo, a aceitar resultados eleitorais dignos de crédito?</p>
<p>2. Negação da legitimidade dos oponentes políticos</p>	<p>Descrevem seus rivais como subversivos ou opostos à ordem constitucional existente?</p> <p>Afirmam que seus rivais constituem uma ameaça, seja à segurança nacional ou ao modo de vida predominante?</p>

	<p>Sem fundamentação, descrevem seus rivais partidários como criminosos cuja suposta violação da lei (ou potencial de fazê-lo) desqualificaria sua participação plena na arena política?</p> <p>Sem fundamentação, sugerem que seus rivais sejam agentes estrangeiros, pois estariam trabalhando secretamente em aliança com (ou usando) um governo estrangeiro – com frequência um governo inimigo?</p>
3.Tolerância ou encorajamento à violência	<p>Têm quaisquer laços com gangues armadas, forças paramilitares, milícias, guerrilhas ou outras organizações envolvidas em violência ilícita?</p> <p>Patrocinaram ou estimularam eles próprios ou seus partidários ataques de multidões contra oponentes?</p> <p>Endossaram tacitamente a violência de seus apoiadores, recusando-se a condená-los e puni-los de maneira categórica?</p>

	<p>Elogiaram (ou se recusaram a condenar) outros atos significativos de violência política no passado ou em outros lugares do mundo?</p>
<p>4. Propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia</p>	<p>Apoiaram leis ou políticas que restrinjam liberdades civis, como expansões de leis de calúnia e difamação ou leis que restrinjam protestos e críticas ao governo ou certas organizações cívicas ou políticas?</p> <p>Ameaçaram tomar medidas legais ou outras ações punitivas contra seus críticos em partidos rivais, na sociedade civil ou na mídia?</p> <p>Elogiaram medidas repressivas tomadas por outros governos, tanto no passado quanto em outros lugares do mundo?</p>

Fonte: Levitsky e Ziblatt (2018, p.33)

## Como superar a erosão democrática?

Apontar soluções para aos processos de erosão democrática que vem ocorrendo ao redor do mundo é uma tarefa um tanto quanto delicada. Para não dizer intuitiva. Porém, a partir da revisão de

diversas bibliografias é possível encontrar alguns elementos semelhantes e que se conectam que, na visão dos autores, poderiam auxiliar na reversão desse cenário de erosão.

Muitas das democracias que se viram em situações de erosão democrática ainda não conseguiriam superá-la, ao menos não totalmente. De modo que não é possível indicar uma solução final para o que vem ocorrendo, até por que, cada conjuntura política e democrática tem suas peculiaridades e demandam soluções específicas para “retornar aos trilhos”.

O processo de erosão democrática surge para substituir a figura dos “golpes” de Estado, em que era imposto um modelo autoritário para substituir um governo democraticamente eleito. Como já apontado anteriormente, Levitsky e Ziblatt (2018, p. 33-34) apontam que, nas democracias modernas, têm se visto quatro indicadores de comportamentos autoritários, dentre eles: a) a rejeição as regras do jogo; b) negação da legitimidade dos oponentes políticos; c) tolerância ou encorajamento à violência, e; d) propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive à mídia.

Alguns caminhos têm sido apontados como meios de superação desta crise democrática, porém, a partir da bibliografia utilizada neste texto, escolhesse apontar dois grandes estandartes para sua superação, o papel das instituições democráticas e a defesa da cultura democracia. O primeiro estandarte é associado a atividade estatal e as instituições ligadas ao processo democrático e o segundo ao protagonista e destinatário da democracia, o povo.

## **O papel das instituições democráticas**

A ciência política tem apontado como forma de superação da crise democrática moderna, a necessidade de retomada e fortalecimento do papel das instituições em sua função de defesa da ordem democrática e fomento da cultura democrática na sociedade. É essencial garantir que as regras do jogo sejam respeitadas e unir a população em prol dos valores democráticos. Divergir é fundamental em qualquer democracia, porém deve haver uma unidade em torno das regras que serão utilizadas para definir quem irá representar o povo.

Para Souza Neto (2020, p. 205)

A sobrevivência, no tempo, da democracia constitucional está associada à presença de uma cultura política democrática, cultivada pela cidadania para além dos conflitos ideológicos e orientações partidária, que abrigue um sentimento de “amizade cívica” entre cidadãos que professam diferentes orientações ideológicas e religiosas. O povo brasileiro havia levado mais de um século para consolidar uma cultura constitucional democrática que distinguisse a esfera do consenso em torno dos valores constitucionais básicos da seara da disputa sobre as políticas públicas a serem implementadas<sup>1</sup>.

Avritzer (2019, p. 49) trabalha com a ideia do pêndulo da democracia, por entender que no interior das instituições democrática podem operar agentes e ideias de forte cunho antieleitorais e antidi-reitos, o que faz com que a democracia tenha momentos de expansão e redução, mesmo dentro de um sistema democrático.

A erosão democrática surge a partir da fragilização do sistema de freios e contrapesos, de modo que algum dos três poderes, via de regra o executivo, passa a se sobressair e se impor sobre os demais. De outro modo, os demais poderes deixam de conseguir “frear” esses avanços.

De maneira que é fundamental que as instituições afetadas pelo processo de erosão sejam reconstruídas e fortalecidas, a fim de manter rigoroso controle sobre o avanço de qualquer poder sobre os demais. Em grande parte, o fortalecimento das mesmas passa por uma cultura cívica e constitucional da sociedade, de modo que não se admita que agressões a democracia sejam perpetradas sem qualquer constrangimento.

Souza Neto (2020, p. 222) ensina que

O sistema de freios e contrapesos deve exercer “função anticíclica”. Governos democráticos merecem deferência, seus atos se presumem válidos e devem, sempre que possível, ser preservados. Já governos

---

1. SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. **Democracia em crise no Brasil: Valores constitucionais, antagonismo político e dinâmica institucional**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020, p. 205

autoritários devem ser vistos com desconfiança. A atitude adequada do Congresso Nacional é de rigor na contenção dos excessos autoritários: *in dubio* pró-democracia.

O Parlamento e as Supremas Cortes, nas democracias modernas, possuem um papel fundamental na contenção de avanços autoritários pelo Poder Executivo. O sistema de indicação de juízes para Supremas Cortes com aprovação pelo Parlamento exerce um importante controle para evitar que estas cortes sejam cooptadas através da indicação pelo Poder Executivo de juízes com tendências antidemocráticas. Nos Estados Unidos da América (EUA), por exemplo, em 230 anos de sua Constituição houveram 12 rejeições, 12 retiradas da indicação, 7 desistências, 3 adiamentos e 10 ausências de deliberação sobre a indicação (SOUZA NETO, p. 243). O que, “em muitos casos, o principal elemento considerado foi a ideologia professada pelo indicado” (SOUZA NETO, p. 243).

As Supremas Cortes, em seu papel de guardião da Constituição, possuem a função essencial de manter a ordem democrática e os direitos fundamentais, de modo que a autonomia e a presença de valores democráticos pelos juízes são fundamentais para que invalidem atos praticados por líderes com tendências autoritárias.

Para além da institucionalidade, os partidos políticos também possuem uma importante função de preservação e aprimoramento da democracia de muitos países. Levitsky e Ziblatt (2018, p. 35) defendem que

[...] partidos pró-democráticos podem atuar para isolar sistematicamente extremistas, em vez de legitimá-los. Isso exige que os políticos evitem atos – como os comícios conjuntos dos conservadores alemães com Hitler no começo dos anos 1930 ou o discurso de Caldera simpatizando com Chávez – que ajudem a “normalizar ou propiciar respeitabilidade pública a figuras autoritárias.

Nesse condão, a defesa da democracia perpassa por todo os Poderes constituídos e, até mesmo, por agentes externos ao poder, porém que se relacionam diretamente com a democracia, como é o caso dos partidos políticos. Embora, em alguns países como é o caso do Brasil, os partidos políticos se constituam como pessoas

jurídicas de direito privado, eles também exercem uma importante função na manutenção e aprimoramento da democracia dentro das instituições.

## **A defesa da cultura democrática**

O processo de degradação democrática vem ocorrendo, de forma acentuada, desde o início da década de 2010. As redes sociais tem funcionado como um importante vetor de deterioração dos valores democráticos, do diálogo e da racionalidade científica.

Para Mounk (2019, p. 281) “é impossível entender a política atual sem entender a natureza transformadora da internet”. A influência das redes sociais retirou o monopólio da comunicação de massa das “mãos” dos meios tradicionais de comunicação, tais como jornais, rádios e TV. Em que pese, inicialmente isto tenho sido visto como algo que produziria a democratização dos meios de comunicação, ao longo do tempo se percebeu que a produção de notícias por qualquer pessoa retirava o compromisso com a veracidade da informação, em especial quando é possível a criação de perfis *fake* e a distribuição de mensagens por *bots*.

A conexão das chamadas mídias sociais com a política tem causado grandes transtornos ao redor do globo. Movimentos populistas antidemocráticos por *outsiders*<sup>2</sup> surgiram em diversas democracias consolidadas da América do Norte, Europa e América do Sul, casos como o Movimento Cinco Estrelas na Itália e Trump nos Estados Unidos não foram os únicos no mundo.

Empoli (2020, p. 170) afirma que “os engenheiros do caos entenderam que esse mal-estar poderia se transformar em um formidável recurso político”. Em seu livro, Empoli (2020) demonstra como a identificação de descontentamentos da população com o atual sistema político foi convertido em capital político digital através da identificação dos padrões algorítmicos utilizados em redes sociais para impulsionar notícias extremistas.

---

2. Apesar do termo ter sido cunhado para designar pessoas que são alheias ao establishment, alguns dos porta vozes desse novo modelo populista se forjaram no cerne do Estado.

A partir desse cenário, é preciso encontrar meios para oferecer respostas aos problemas enfrentados pela democracia moderna. Não há um consenso em como lidar com esta situação, porém alguns caminhos têm sido apontados por teóricos da ciência política.

O primeiro, mostra-se na utilização da própria arquitetura da rede, com a utilização de seus algoritmos para restringir e desestimular a propagação de fake news e conteúdo de ódio. E, por outro lado, fomentar que seus usuários difundam notícias verídicas. Para Mounk (2019, p. 283)

[...] plataformas de mídia social podem estimular postagens de cidadãos transmitindo informações dignas de confiança, penalizar postagens odiosas que espalhem mentiras – e por fim se recusar a aceitar propagandas de grupos de ódio.

Contudo, apenas mudanças algorítmicas não são suficientes, é preciso que a sociedade tenha engajamento cívico na manutenção das balizas da democracia. Souza Neto (2020, p. 212) ensina que “[...] apenas a própria sociedade pode efetivamente garantir que a democracia seja preservada”. No mesmo sentido, Mounk (2019, p. 291) afirma que “[...] a educação cívica é um bastião essencial contra tentações autoritárias”. E, continua

[...] as mídias sociais só tiveram um impacto tão corrosivo na democracia liberal porque as bases morais do nosso sistema político são muito mais frágeis do que imaginávamos. Portanto, quem quiser contribuir para a revitalização da democracia liberal terá de ajudar a reconstruí-la sobre alicerces ideológicos mais estáveis (MOUNK, 2019, p. 299).

É imprescindível para uma democracia sólida a instrução e o compromisso de seus cidadãos com o dever cívico. É preciso que os jovens concluam a educação básica sabendo a forma de organização de seu Estado, a função de cada um dos Poderes constituídos, a razão para que cada um exerça um controle sobre os demais e a importância do diálogo. Sem a inclusão de políticas públicas voltadas a demonstrar a importância do compromisso democrático para a população e, especialmente, para as futuras gerações, é muito

provável que aspirações autoritárias continuem a vingar de tempos em tempos.

De outro lado, com a valorização da democracia, é possível que evoluamos a ponto de ampliar os elementos de democracia direta na sociedade, permitindo que os cidadãos participem ativamente na formulação de políticas públicas através dos meios digitais existentes.

## Referências

- AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia, 2019, p. 49.
- BARROSO, Luís Roberto. *Revolução Tecnológica, Crise da Democracia e Constituição*. 1. ED.. Belo Horizonte: Fórum, 2021. Disponível em: <https://www.forumconhecimento.com.br/livro/4218>. Acesso em: 12 jul. 2022.
- DIAMOND, Larry Diamond. *O arco da democracia: do renascimento à ameaça*. In: *Journal of Democracy em Português*, Volume 11, Número 1, São Paulo, Junho de 2022 Plataforma Democrática, disponível em <https://fundacaoofhc.org.br/blog/ crise-da-democracia>. Acesso em: 12 jul. 2022.
- EMPOLI, Giuliano de. *Engenheiros do caos: Como as fakes news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições*. São Paulo: Vestígio, 2020
- LEVITSKY, Steven e ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem* 1ed. –Rio de Janeiro:Zahar,2018.
- LIMA, Edilberto Carlos Pontes. *Federalismo e Democracia em Tempos Difíceis*. 1. ED.. Belo Horizonte: Fórum, 2021. Disponível em: <https://www.forumconhecimento.com.br/livro/4287>. Acesso em: 12 jul. 2022
- MIRANDA, Luis Uribe. Propedêutica do conceito de democracia. *Revista Trans/Form/ Ação*, v. 44, n. 3, p. 215–244, 29 set. 2021.
- MOUNK, Yascha. *O povo contra a democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- PRZEWORSKI, Adam. 2019. *Morte da democracia virou bordão para atrair a imprensa*. (Entrevista). Folha de São Paulo. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/05/morte-dademocracia-virou-bordao-para-atrair-imprensa-diz-autor.shtml?fbclid=IwAR1Gtew55-ccTJO1w7A1svFTH6G6iz0aUXqeWj-GbOsAB61mjO-A0-h\\_QRqQ](https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/05/morte-dademocracia-virou-bordao-para-atrair-imprensa-diz-autor.shtml?fbclid=IwAR1Gtew55-ccTJO1w7A1svFTH6G6iz0aUXqeWj-GbOsAB61mjO-A0-h_QRqQ). Acesso em 15/07/2021.
- \_\_\_\_\_. (2020). *Crises da democracia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. São Paulo: Principis, 2021.

**SOARES, Giselle Silva.** Entre o projeto de modernidade e a efetivação da democracia: marcas deixadas na construção da vida social brasileira. *Revista Serviço Social & Sociedade*, v. 109, n. 109, p. 31–44, mar. 2012.

**SOUZA NETO, Cláudio Pereira de.** *Democracia em crise no Brasil: Valores constitucionais, antagonismo político e dinâmica institucional*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020, p. 205.